

O FARMACÊUTICO E A FARMÁCIA: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA

Oswaldo de Freitas¹
Marcos Vinícius Chaud²
Julieta Ueta³
Ilda Kazumi Shuhama⁴

1,3. Professores Associados e 4 professor doutor, Departamento de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Av. do Café s/n, CEP 14040-903 – Ribeirão Preto, SP, Brasil.

2. Professor doutor, Departamento de Farmácia da Universidade Metodista de Piracicaba, Rua Rangel Pestana, 762, CEP 13400-901 – Piracicaba, SP, Brasil.

Correspondência para professor doutor Oswaldo de Freitas devem ser encaminhadas pelo e-mail <ofreitas@fcrfp.usp.br>

A profissão farmacêutica está, historicamente, entre as mais antigas atividades profissionais e desenvolveu-se como parte integrante da sociedade, sempre com o objetivo de servi-la, e tem, ao longo da sua existência, prestado relevantes serviços à humanidade.

No último século, as profissões se diversificaram significativamente, em parte, devido ao crescimento da população na área urbana. Porém, a oferta de empregos dignos têm sido menor que a demanda social, principalmente, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, tornando o mercado de trabalho, cada vez mais, competitivo.

Entre os grupos de trabalhadores, somente aqueles com alto nível de especialização têm conseguido manter seus empregos, dentro de padrões valorativos dignos e humanitários. Esta característica reflete a ten-

dência da sociedade, na era pós-industrial, de valorizar, em maior extensão, a produção e utilização do conhecimento para o domínio de mercado, relegando para segundo plano a produção de bens e serviços que possam melhorar a qualidade de vida da população, em geral.

Neste contexto, cada grupo profissional necessita de conhecimento formal básico e específico (formação acadêmica) que o habilite ao exercício da sua profissão e possa distingui-lo dos leigos. Este conhecimento formal apenas se concretiza, se for ampliado pela pesquisa e criatividade do raciocínio teórico.

A atividade profissional deve emanar da aplicação do conhecimento formal, algumas vezes, de forma altamente modificada por tarefas complexas ou, ainda, para dar resposta a uma necessidade imediata. Contu-

do, o profissional não pode ir além daquilo que o seu conhecimento formal, perícia e experiência permitem para a sua atividade específica, estabelecidos no âmbito profissional e regulamentados pelo código de ética profissional e pelo poder público.

A profissão farmacêutica, como todas as outras profissões, vem sofrendo transformações, ao longo do tempo. Entre outros fatos, pode-se considerar o desenvolvimento e mecanização da indústria farmacêutica, aliado à padronização de formulações para a produção de medicamentos em larga escala, à descoberta de novos fármacos, cada vez mais, potentes, resultado da pesquisa farmacêutica de alta complexidade e à evolução, justificada, das formas farmacêuticas remodelando ações terapêuticas de fármacos. Estes avanços do século XX levaram à quase obsolescência os laboratórios magistrais das farmácias comunitárias ou institucionais, até então, atividade primária do farmacêutico, definida pela sociedade e pelo âmbito profissional. Diante desta condição, tecnologicamente mais avançada, o farmacêutico viu-se obrigado a adaptar-se ao momento histórico.

No Brasil, como em alguns países, optou-se pela estratégia de criação de modalidades ou habilitações farmacêuticas, enfatizando uma formação essencialmente tecnicista na áreas de medicamento, análises clínicas ou alimentos. Se por um lado, isto ampliou o âmbito de atividade profissional, por outro, fragmentou a profissão, minimizando as questões relacionadas ao uso do fármaco e do medicamento, descaracterizando a classe profissional que perdeu seu eixo de atuação.

Paralelamente, houve mudanças. O farmacêutico deixou de ser o dono da farmácia e passou, num primeiro momento, a sócio e, posteriormente a empregado. Esta conjuntura levou à concepção errônea de que a presença do profissional farmacêutico na farmácia era dispensável, uma vez que o medicamento vem pronto da indústria, bastando entregá-lo ao usuário, mediante autorização escrita dos prescritores. Neste contexto, foram ignoradas a orientação ao uso correto, as interações medicamentosas e alimentares, os possíveis efeitos colaterais e reações adversas aos medicamentos e não se falava em assistência farmacêutica.

Estes fatos associados fizeram com que o farmacêutico estivesse quase sempre ausente da farmácia. Esta ausência era compatível com os interesses econômicos gananciosos dos empresários proprietários de farmácia ou mesmo da indústria farmacêutica, sobretudo as menos éticas, possibilitando transformar o medicamento em uma mercadoria qualquer e a far-

mácia num simples estabelecimento comercial.

As farmácias tornaram-se extremamente lucrativas e proliferaram, de forma desordenada. A competição comercial tornou-se acirrada, as farmácias não cabiam mais dentro dos seus limites e se transformaram em drogarias. Estes estabelecimentos ampliaram as suas atividades, passaram a comercializar de medicamentos e alimentos, até bijuterias. Nas últimas décadas, a postura comercial levou a uma nova adaptação, *adaptar para continuar*, ou seja o estabelecimento farmacêutico passa a ser uma mera loja de conveniência, onde encontra-se de tudo, *até medicamentos*.

Com isto, a farmácia perdeu o "status" de estabelecimento de *atendimento primário à saúde e o farmacêutico perdeu a própria identidade*, ou seja, de referência na área de saúde, no início do século, à completa falta de reconhecimento, pela sociedade, no final dele.

Praticamente, nenhuma instituição de ensino preocupou-se com a deterioração da prática profissional no estabelecimento farmacêutico, talvez por considerarem este mercado de trabalho menos nobre. Deram maior ênfase às modalidades *farmacêutico-industrial, analista clínico ou de alimentos*.

Na década de 70, o farmacêutico passou a disputar o mercado de trabalho de análise clínicas com os biomédicos. Esta disputa uniu a classe profissional, sobretudo os estudantes que se mobilizaram e, em pleno regime militar, foram às ruas e aos órgãos constituídos lutar pelos seus direitos. Esta situação levou a classe farmacêutica ao debate e à reflexão sobre o verdadeiro papel do profissional farmacêutico.

Nesta oportunidade, alguns grupos, principalmente órgãos de classe, como os Conselhos Regionais, propuseram e colocaram em ação medidas, no sentido de resgatar a prática farmacêutica. Não se tratava de uma nova adaptação, era o farmacêutico com seu principal instrumento de trabalho, o medicamento, retomando o seu eixo profissional.

No bojo desta discussão, aflorou a questão do custo do medicamento e a necessidade, relativamente freqüente, da individualização do tratamento. *Foi a redescoberta da prática farmacêutica no laboratório magistral, a farmácia de manipulação virou moda para o farmacêutico, para o clínico e para o usuário*.

Um dos primeiros consensos destas discussões foi a necessidade de revisão do processo de formação dos profissionais farmacêuticos. Mesmo assim, o que se viu foi a proliferação dos cursos de farmácia, no País, cada qual com um projeto de formação que aten-

desse formalmente as exigências do currículo mínimo de 1969, mas com contornos individualizados que, na maioria das vezes, representava somente a visão de seus proponentes.

Politicamente, com o crescimento do número de profissionais, a profissão farmacêutica ficou mais fortalecida. Isto somado à conscientização geral de que os medicamentos podem causar danos à saúde do homem, se mal empregados, e que o farmacêutico é o profissional da saúde melhor preparado para assegurar o uso racional dos medicamentos, reafirmou a farmácia como o local de atendimento primário à saúde, a qual deve estar permanentemente comprometida com a saúde individual e coletiva.

Estas medidas e acontecimentos têm propiciado, lentamente, a volta do exercício profissional do farmacêutico na farmácia. O sucesso profissional nas farmácias comunitárias ou institucionais deve ter como princípio básico que o serviço prestado esteja relacionado com valores humanos (éticos e morais), privilegiando a saúde como um dos bens mais importantes e não a simples e exclusiva atividade comercial.

Isto pode gerar no profissional um conflito, pois a atividade comercial é reforçada por vários fatos, tais como: a) a população reconhece e até superestima a importância dos medicamentos na prevenção e recuperação da saúde; b) os hábitos da automedicação são constantemente estimulados pela mídia; e c) existência de medicamentos disponíveis para consumo sem prescrição.

Para promover a educação da população, quanto aos cuidados com a saúde e o uso racional dos medicamentos, o farmacêutico deve possuir, além do conhecimento formal, a habilidade de comunicação em linguagem apropriada, além da percepção de que a população melhor informada tem maior capacidade de avaliar os serviços prestados na área de saúde. Este pode ser o seu maior investimento comercial e valorização profissional, fazendo com que a presença do farmacêutico seja exigida, não apenas para cumprir uma formalidade legal, mas, principalmente, para atender às necessidades, com qualidade e legitimidade, de uma população melhor informada.

A concretização da tendência de volta ao exercício profissional na farmácia exige conhecimento técnico-científico sólido sobre medicamentos, formação humanística e competência administrativa, para que o farmacêutico não seja confundido com o balconista da

farmácia. O conhecimento técnico sobre os medicamentos deve garantir o exercício profissional com competência científica para uma constante análise de risco e benefício no uso dos medicamentos e com responsabilidade social para orientar sua utilização adequada.

Os avanços na engenharia genética, biologia molecular, imunologia e novos sistemas de liberação de fármacos fizeram da orientação farmacêutica e da educação da população uma atividade cada vez mais complexa. Para esta atividade, o conhecimento técnico-científico deve ser complementado com o desenvolvimento das relações interpessoais, necessário para a integração com o usuário e com outros profissionais da área de saúde, a fim de proporcionar uma base conceitual ampla para um serviço de saúde completo e efetivo.

As forças que influenciarão o futuro da profissão farmacêutica podem ser classificadas em três grupos: Tecnológicas, Econômicas e Sociais. A análise conjunta do efeito destas forças leva inevitavelmente à conclusão de que existe "*tendência de acentuada redução do nível de emprego formal devido a automação da produção industrial de medicamento e nos laboratórios de análises clínicas*". Isto sugere que a farmácia possa responder a estas forças, expandindo a atividade de orientação na prática farmacêutica e pelo retorno a sua relação fundamental com a sociedade, educação para o uso correto dos medicamentos, no âmbito da farmácia comunitária e institucional.

No entanto, esta questão necessita de uma ampla discussão, envolvendo docentes, discentes e órgãos de classe e baseada em dados e fatos retrospectivos e conjunturais se possa fazer um diagnóstico concreto de um perfil de formação. Sem a revisão necessária dos projetos pedagógicos dos cursos de farmácia, muitos profissionais continuarão a ser lançados no mercado sem a formação necessária para o desenvolvimento adequado de suas atividades.

Qualquer que seja a opção de formação e o destino da profissão farmacêutica, faculdades e estudantes precisarão estar seriamente comprometidos com a formação necessária para o controle e uso das terapias de alta tecnologia. Para tanto, pode ser necessário reduzir a ênfase em disciplinas tradicionais em favor de novas. Nesta conjuntura, faculdades e órgãos de classe necessitam refletir sobre os destinos da profissão neste terceiro milênio.